

Moreira Lima diz que anistia a cassados é tese de 'radicais'

Da Sucursal do Rio

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, disse ontem no Rio que a ação visando obter a ampliação da anistia para os militares cassados "parte de grupos radicais que apresentam emendas lesivas ao interesse nacional". O ministro disse que o Brasil já teve anistia, convive hoje com uma "democracia consolidada" e está "caminhando para a plena democracia" que ele definiu como "a liberdade com respeito à lei, à ordem e às instituições". O ministro participou da solenidade comemorativa do 57º aniversário do Dia do Correio Aéreo Nacional e falou à imprensa durante cerca de cinco minutos, na Base Aérea do Galeão, na Ilha do Governador (zona norte).

Na Ordem do Dia, o ministro declarou que "a decisão de implantar o projeto Calha Norte, tão combatida por internacionalistas e auto-proclamados protetores das comunidades indígenas, de delas se aproximam muito depois de nós, tem no Correio Aéreo Nacional um dos braços estratégicos para a sua concretização". O ministro não quis comentar as declarações do ex-presidente da República João Baptista Figueiredo sobre a necessidade de haver um "endurecimento" com a

volta do AI-5 e o "expurgo daqueles que dizem servir, mas que se servem do governo". Moreira Lima afirmou que não comenta declarações, "especialmente de ex-presidentes". O general Figueiredo fez as afirmações em entrevista concedida ao Programa Ferreira Neto, da Rede Record de Televisão, em São Paulo, na madrugada de sexta-feira passada.

"Custo de falar"

O ministro chegou à Base Aérea do Galeão às 11h, passou em revista a tropa e ao ser perguntado pelos repórteres sobre o que achava da comemoração do aniversário do Correio Aéreo Nacional, disse: "Isso sim, eu gosto de falar". O ministro foi recebido pelo comandante do Comando de Transporte Aéreo major-brigadeiro-do-ar Luiz Antônio Cruz e o comandante da Base Aérea do Galeão, coronel-aviador Wilson Antunes Pereira. Na ordem do dia o ministro enalteceu "a figura inesquecível do brigadeiro Eduardo Gomes," um dos idealizadores do Correio Aéreo Nacional.

Do palanque o ministro assistiu o desfile das tropas e das "velhas águias" (antigos pilotos dos correios) e da "turma da graxa" (oficiais e sargentos que atuaram na parte de manutenção dos aviões).

Plenário Pró-Participação conclui que Carta é 'avanço'

Da Sucursal de Brasília

Para a maior parte das 234 entidades do Plenário pró-Participação Popular na Constituinte, o texto constitucional redigido até agora consagra uma série de "avanços do movimento sindical e popular", apesar de derrotas anotadas no capítulo da reforma agrária e na legislação trabalhista. Por isso, estas entidades vão pressionar os parlamentares para que mantenham no segundo turno de votações o texto atual.

A esta conclusão chegaram os dez grupos de discussão em que se dividiram os mais de seiscentos participantes de um seminário que começou quinta-feira e terminou ontem, no auditório Petrônio Portela, do Senado Federal. A conclusão de que o texto deve ser mantido, e divulgado como "uma conquista dos movimentos populares", foi questionado por alguns participantes do encontro, notadamente ligados aos sindicatos rurais que lutam pela reforma agrária.

"Nós não podemos aceitar passivamente a derrota que os setores conservadores nos impuseram no capítulo da reforma agrária", disse a militante Ana Maria Rizzante, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Amapá. "Da maneira como está, os parlamentares comprometidos

com as causas populares não deviam coonestar a Constituição, não deviam assinar a carta", propôs Ana Maria, relatora de um dos grupos de debate.

A maior parte dos participantes, quase todos membros de sindicatos, associações de bairro e movimentos de esquerda, preferiu abraçar a avaliação positiva do Congresso constituinte, tanto que o Plenário resolveu fazer uma divulgação, através de cartilhas, cartazes e outros meios de comunicação, das "conquistas do movimento popular", como a licença-paternidade e a ampliação da licença-maternidade.

"É à direita que interessa divulgar uma imagem negativa da Constituinte", disse a professora de 2º grau Marlene Alves de Assis, de Belo Horizonte. "Essa visão pessimista acaba desmobilizando as pessoas, e devemos manter, ao contrário, a pressão sobre os constituintes no segundo turno de votações", disse Marlene. Com esta visão concorda o ex-deputado e professor de Direito Constitucional João Gilberto, um dos coordenadores do encontro. "É melhor manter a mobilização", disse ele. Os relatórios dos grupos de discussão serão distribuídos às sedes das entidades participantes durante esta semana.